

ANÁLISE DISCURSIVA DE POSTAGENS SOBRE A QUESTÃO DE CLASSES NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Arthur Vinicius Anoroza Nunes
Mestre em Linguística (UFSC) – Florianópolis/ SC – Brasil

RESUMO: Este trabalho investiga os discursos sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil no que se referem às questões de classe. A partir de postagens da página da Mídia Ninja, no Instagram, busquei averiguar de que modo a questão de classes durante a pandemia no Brasil foi materializada em discurso, apontando para as séries e regularidades discursivas que foram formuladas a partir dos posts analisados. Percebeu-se nos enunciados divulgados pelo coletivo de comunicação, a vigência de uma necropolítica, em que determinados corpos adquirem valores específicos. Essa necropolítica aparece mais relacionada a um *deixar morrer* do que a um assassinio. Constatou-se que o incentivo por parte do atual presidente para que trabalhadores voltem a seus locais de trabalho, a precariedade das regiões periféricas como um fator relevante para a disseminação do vírus e a categorização de determinadas vidas como matáveis, num cenário em que há um aumento constante no número de novos infectados e no número de óbitos, permitem inferir que há uma banalização da morte no Brasil, que pode atingir principalmente aqueles que dependem dos serviços públicos de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19. Necropolítica. Discurso.

ABSTRACT: This research investigates the discourses related to the Covid-19 pandemic in Brazil and its relation to social class issues. Through posts from Mídia Ninja page on Instagram, I ascertained how social class issue during the pandemic in Brazil was materialized in discourse, showing different discursive series and regularities that were formulated from the texts. The enunciations from Mídia Ninja page show the validity of a necropolitic that allows an specific valoration to some bodies. This necropolitic is more related to a permission to die than a murder. It was verified that the incentive by the current president to workers come back to their jobs, the precariousness of some peripheral areas as a relevant factor to virus dissemination and the categorization of some lives as killable, in a moment that there are a rising number of infected people and deaths, can be considered as factors for death banalization in Brazil, that can reach mainly those who depends from the public health system.

Key-words: Covid-19. Necropolitics. Discourse.

INTRODUÇÃO

Começo meu texto com as reflexões da filósofa norte-americana Judith Butler: “O vírus por si só não discrimina, mas nós humanos certamente o fazemos, moldados e movidos como somos pelos poderes casados do nacionalismo, do racismo, da xenofobia e do capitalismo” (BUTLER, 2020). Trata-se de uma provocação pertinente sobre o modo como a luta de classes

têm adquirido uma relevância central na pandemia de Covid-19. No Brasil, tiveram como destaques as primeiras mortes pelo novo coronavírus justamente por serem de trabalhadores. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, uma empregada doméstica foi infectada pela patroa, que foi passar o carnaval na Itália e voltou com a doença. Como não dispensou a doméstica de 63 anos que percorreria semanalmente 120 quilômetros para trabalhar, ela acabou contraindo o vírus e morrendo, segundo informações do site de notícia *UOL* (MELO, 2020). Poderíamos falar ainda de reportagens televisivas recentes, que destacam o receio do coronavírus chegar à periferia, uma vez que em muitos desses lugares sequer há água e sabão para as pessoas lavarem as mãos, ou ainda do pânico previsto diante da superlotação de hospitais do setor público de saúde – o SUS – que já anunciam um colapso (SEM CENSURA, 2020). Mais de 75% da população de um país com um território de dimensões continentais como o Brasil dependem do Sistema Único de Saúde, segundo matéria do site *Politize!* (CARVALHO, 2020).

Poderíamos ainda citar o caso dos moradores de rua que, assustados com os últimos acontecimentos, dizem: “Lavamos as mãos nas poças quando chove”. A fala foi citada na reportagem do site jornalístico dedicado aos direitos humanos *Ponte*, escrita por Caio Castor e Leandro Barbosa, que relata as dificuldades dos moradores de rua para sobreviver durante a pandemia de Covid-19. Há ainda os milhares de trabalhadores que podem perder seus empregos, ou que, dependentes de vagas informais no mercado de trabalho já sentem dificuldades financeiras em prover o sustento básico de suas famílias, tendo em vista que o projeto neoliberal no Brasil visa a precarização dos serviços e de seus funcionários a qualquer custo, e que, num momento como esse, é fundamental a assistência do Estado para a superação dos problemas econômicos que se instalam no país.

Segundo Butler, assim como a promessa de Trump em oferecer aos americanos a vacina primeiramente soa como uma espécie de triunfo – atestando sua prepotência em se achar numa posição hierarquicamente superiora do que o restante do mundo; vemos, no Brasil, declarações recentes do presidente da república Jair Bolsonaro, que prometem a solução para os problemas da Covid-19 graças ao uso da hidroxicloroquina, medicamento sem comprovação científica no combate ao novo coronavírus, que pode trazer uma série de efeitos colaterais para os indivíduos. Além disso, na própria página da Mídia Ninja – que será estudada neste artigo – é citado que o uso da cloroquina e da hidroxicloroquina foi suspenso pela OMS em pesquisas que ela coordenava com cientistas de 100 países. Como se não bastasse a experimentação biopolítica a

que estão sujeitos os pacientes contaminados, ainda assistimos a veiculação de informações falsas proferidas pelo presidente acerca do medicamento para atingir objetivos eminentemente políticos.

Apesar disso, a sociedade tem se ressignificado diante das novas possibilidades de subjetivação que se estabelecem, assim como os espaços marcados pela presença desses novos sujeitos. Vejamos o exemplo do hospital. A autora Denise Sant’Anna, em seu texto recente sobre a Covid-19 publicado pela editora N-1, ao comentar sobre o papel que o hospital representa na maioria das sociedades hoje, diz que:

[...] é em seu interior que a maior parte da população nasce, dá à luz e morre. Microcosmo dos limites da condição humana, o hospital maximiza e escancara o que, fora dali, não se quer ver. Lugar do teste final, do desmonte das vaidades dos pacientes deitados nos leitos, sem suas roupas, distantes de suas casas, apartados de suas rotinas, de seus entes queridos e de suas profissões, reduzidos à condição de organismos, como se pudessem se tornar, por um tempo indefinido, “elementos inertes”. (SANT’ANNA, 2020, p. 4/5)

Ela afirma que o Brasil e o mundo, diante da situação da Covid-19, se tornaram um imenso hospital, de modo que, seja na lavagem das mãos – buscando não apenas higiene, mas, principalmente, assepsia – seja no uso de máscaras e luvas, todos são levados a se comportar como se já estivessem dentro do espaço hospitalar. E ainda enfatiza que, se a aparição da Aids reformulou hábitos quando passou a exigir o uso do preservativo nas relações sexuais, com a Covid-19 tornou-se necessário “[...] afastar toda e qualquer relação com os outros” (SANT’ANNA, 2020, p. 6).

Diante deste cenário, a crise provocada Covid-19 desponta, fazendo emergir uma imensa produção discursiva que revela desigualdades, conflitos, tensões, mas também novas possibilidades de interação e ressignificação dos dispositivos¹ que usualmente nos capturavam. Frente a esta dispersão, este trabalho se propõe a analisar os discursos que tratam da questão de classes no Brasil, no qual se percebe claramente quem são os sujeitos que merecem viver e quais são os matáveis, de acordo com a concepção de um racismo de Estado, tal como

¹ Termo que o filósofo italiano Giorgio Agamben usa com base em uma entrevista feita pelo francês em 1977. Agamben (2009) define o dispositivo como uma rede, com uma função eminentemente estratégica e que responderia a uma urgência num determinado período histórico.

argumenta Foucault (2005) e Mbembe (2011). Propõe-se a olhar para os arquivos, materializados em postagens do site de jornalismo alternativo *Mídia Ninja*, no Instagram, para averiguar de que modo os discursos sobre luta de classes são problematizados em decorrência da situação imposta pela Covid-19. Também optei por visibilizar apenas o conteúdo da postagem, excluindo as reações e comentários. Isso se deu porque como meu intuito é observar a condição de aparecimento dos enunciados, me interessou menos o desencadeamento produzido por eles, e mais o porquê de neste momento da epidemia estarmos diante de tais discursos.

No que se refere à metodologia, a teoria que embasará as análises recorre a uma *Arqueologia do saber*, a partir do texto homônimo de Michel Foucault, e ao conceito de *rizoma*, proposto por Deleuze e Guattari. A partir das contribuições de Foucault, pensarei o arquivo como resultante das condições históricas que possibilitaram com que algo fosse dito, da forma exata como se materializou, de modo a refletir como o enunciado capta essa tensão que se estabelece entre o dito e o possível de tê-lo sido dito. Já a partir das contribuições de Deleuze e Guattari, pensarei ainda o arquivo como inserido numa multiplicidade, o que nos leva a elencar séries entre diferentes enunciados, mas também linhas de fuga, ou seja, novas possibilidades de enunciação, novos discursos e novas formas de agenciamento.

Já o objetivo geral é pensar como a experiência desse acontecimento que vivemos é materializada discursivamente. Muito se fala sobre a Covid-19, o que nos leva a afirmar que não apenas o número de novos casos, mas também a quantidade de novos discursos, são constantes desde que o vírus deixou o território de Wuhan, na China, para se espalhar pelo resto do mundo, afetando populações inteiras e deixando o mundo à mercê do medo e do pânico. Interessa-me pensar, especificamente, quais séries esses discursos emergentes estabelecem uns com os outros e quais linhas de fuga são possíveis de serem traçadas a partir do surgimento de novos enunciados. A hipótese é de que os discursos analisados na página da *Mídia Ninja* poderiam configurar naquilo que Mbembe define como necropolítica (2011) e que Foucault (2005) define como racismo de Estado, no sentido de que é a questão de classes que determinará, nas postagens que analiso, quem são aqueles que devem viver e quem são os que devem morrer.

A necessidade de pesquisas sobre a Covid-19 se justifica não apenas no campo da biomedicina, mas também nas áreas das ciências humanas, uma vez que a experiência do coronavírus nos afeta a nível global e de modo singular. Popularmente é comum se referir ao vírus como o inimigo invisível, ou ainda a toda situação como a terceira guerra mundial, uma vez que em países como a Itália, por exemplo, caminhões do exército recolhem centenas de corpos que mal podem ser enterrados devido a um colapso também no sistema funerário do país. Enquanto que no Brasil, inúmeras covas são cavadas por dia nos cemitérios, que abarrotam corpos dentro de frigoríficos. Mais uma vez aqui, percebe-se a utilização das metáforas militares de Sontag (1989), que transformam o vírus num grande inimigo, assim como técnicas que não seriam pensadas novamente como possíveis até pouco tempo atrás, como as quarentenas, os isolamentos e a disciplinarização dos corpos de modo metódico e sistemático. A quarentena imposta ao mundo nos faz reformular hábitos e reconstruir redes e relações até então inexistentes. Por isso, justifica-se aqui a necessidade de estudos que compreendam a pandemia partindo da multiplicidade existente nos diferentes campos do saber.

Como bem observou Butler (2020), por mais que o vírus não escolha a hierarquia social dos sujeitos, há aqueles que irão viver ou morrer, e é claro que isso implica questões não apenas de ordem biomédica, mas também político-econômicas. A justificativa pelo corpus extraído da cultura digital diz respeito ao protagonismo assumido pela internet desde o início da pandemia, em que assistimos a um aumento forçado das relações sociais por meio das tecnologias digitais, algo que já vinha acontecendo num processo rápido ao longo dos últimos anos.

O TRATAMENTO DADO AO ARQUIVO EM FOUCAULT E O CONCEITO DE RIZOMA EM DELEUZE E GUATTARI

Acerca do método utilizado neste estudo, pode-se dizer que o conceito de arqueologia em Michael Foucault está relacionado à ideia de arquivo. O processo de pesquisa segundo uma arqueologia do saber se ampara numa metodologia que visa descrever o arquivo das coisas ditas, associado a um procedimento de produção de discursos, que por sua vez é indissociável das relações de poder e das relações de produção de sujeito. O filósofo francês une à ideia de discurso a ideia de função de existência. Sendo assim, somos levados ao seguinte questionamento: “[...] como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2008, p.30).

No que diz respeito ao enunciado, Foucault o caracterizará como “um modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material)” (FOUCAULT, 2008, p.97). Ele reafirma o caráter singular do enunciado dizendo que “Um enunciado não tem diante de si um correlato ou um referente [...]. Está antes ligado a um ‘referencial’ que não é constituído de ‘coisas’, de ‘fatos’, de ‘realidades’, ou de ‘seres’, mas de leis de possibilidade” (FOUCAULT, 2008, p. 103). Assim, é justamente aquilo que possibilita um enunciado existir ou não que interessa ao filósofo, e, mais que isso, trata-se de observar as relações de singularidade que ocorrem a partir dessa possibilidade de existência. O filósofo dirá que todo enunciado “[...] tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 2008, p. 110), o que o leva a enquadrar a categoria de enunciado numa dada *série*. Não haveria a possibilidade de um enunciado livre, independente e neutro, “[...] mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo” (FOUCAULT, 2008, p. 110). Assim, é que somos levados a dizer, a partir de Foucault, que:

[...] há enunciação cada vez que um conjunto de signos for emitido. Cada uma dessas articulações têm sua individualidade espaço-temporal. Duas pessoas podem dizer a mesma coisa; já que são duas, haverá duas enunciações distintas. [...] A enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir. [...] A afirmação de que a terra é redonda ou de que as espécies evoluem não constitui o mesmo enunciado antes e depois de Darwin; não é que, para formulações tão simples, o sentido tenha mudado; o que se modificou foi a relação dessas afirmações com outras proposições, suas condições de utilização e reinvestimento. (FOUCAULT, 2008, p. 116)

Assim, a constatação a qual se chega é de que o discurso se define a partir das *condições de aparecimento* de algo e, conseqüentemente, da possibilidade de algo ser dito. Ao falar do correlato do enunciado, ele se refere justamente ao referencial espaço-temporal e histórico que permite o enunciado surgir a partir de um campo de possibilidades.

Trago também os postulados de Deleuze e Guattari, especificamente no texto *Mil platôs, volume I*, para mostrar como esses enunciados, que aqui entendo da mesma forma que arquivos, estão inseridos não apenas num processo histórico de ordem cronológica, mas também espacial. Recorro brevemente sobre o conceito de rizoma para tratar aquilo que teria a capacidade de conectar um ponto a outro, sendo que cada um de seus traços não remeteriam a outros traços

necessariamente da mesma natureza. Isto porque o rizoma desvela regimes de signos muito diferentes, considerando inclusive estados de não signos: “o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação [...] mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 43).

Portanto, sendo a árvore uma filiação, o rizoma, ao contrário, seria para os autores uma aliança. Se há na ideia da árvore a imposição do verbo “ser”, no rizoma, ao contrário, temos como tecido a conjunção “e...e...”: “Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 49). Assim, pode-se dizer que o conceito de rizoma desloca nosso olhar para uma certa cartografia em que múltiplos caminhos e linhas de fuga podem e devem ser considerados para efeitos de análise.

Acredita-se que tanto as contribuições de Deleuze e Guattari (2011), em *Mil platôs*, quanto de Foucault, em sua *Arqueologia do saber* (2008) rompem com os preceitos de verdade absoluta e com os mitos de uma cientificidade e de uma ideologia puras, apontando, portanto, para os múltiplos agenciamentos que são constituídos na elaboração dos conceitos pelos diferentes campos do saber.

O ENUNCIADO/ARQUIVO E A LINGUAGEM DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Recorro ao texto da pesquisadora francesa Marie-Anne Paveau (2020) intitulado “Escrita digital”² para argumentar que qualquer empreendimento de análise que tome como corpus textos extraídos de plataformas digitais deve se preocupar com os dispositivos de escrita e as culturas digitais. A pesquisadora considera a escrita digital como aquela “que se vale de dispositivos de informática com um teclado” (PAVEAU, 2020, não paginado) e ressalta que o novo espaço onde práticas de escritas informatizadas se constituem é a tela, que possui uma enorme característica plástica, permitindo possibilidades de metamorfose e transformação da escrita graças às ferramentas tecnológicas.

² A tradução desse capítulo foi feita pelo professor doutor Atilio Butturi Junior. A previsão de publicação do texto é para julho de 2020, durante o ENANPOLL, na UEL, em Londrina/ PR. O livro será publicado pela editora Pontes, de Campinas.

Paveau comenta ainda que para entender a escrita digital, que é elaborada em contextos tecnodiscursivos específicos, é necessário atentar para suas condições e práticas de produção, além de suas características formais; fala sobre as formas de escrita on-line e, por fim, argumenta que alguns elementos da linguagem produzidos nas plataformas digitais possuem uma dimensão técnica intrínseca. Ela classifica esses elementos como tecnolinguageiros, exemplificando com os elementos clicáveis, ao dizer que eles possuem as características do signo clássico, mas têm, ao mesmo tempo, algo de dinâmico e manipulável, o que inclui conexões hipertextuais lexicalizadas, hashtags, nicknames, instruções integradas a redes sociais e outras plataformas (como botões de bloquear, comentar, compartilhar) e uma diversidade de tecnopalavras (PAVEAU, 2020).

Por fim, a autora comenta sobre as seguintes características da escrita digital: deslinearização, em que os enunciados não são elaborados nem recebidos de acordo com uma linearidade; o acúmulo, em que a produção-compreensão de mensagens não depende de uma primeira enunciação, “mas é integrada de enunciações segundas que estendem essas enunciações primeiras (comentários, compartilhamentos) e/ou as tornam coletivas” (PAVEAU, 2020, não paginado); e na imprevisibilidade, em que, diferentemente do controle exercido pelo escritor off-line, há procedimentos de circulação diversos que tornam imprevisíveis as dimensões da escrita digital. Ela constata que as práticas de escrita digital multiplicam práticas de escrita digital, de modo que muitas práticas que anteriormente não eram escritas, passaram a ser, por meio de sites, redes sociais e aplicativos.

Já sobre a Mídia Ninja, com base nas informações disponíveis no site do coletivo, pode-se dizer que ela é uma rede de comunicação interessada em novas formas de produzir e distribuir a informação. O coletivo se ancora no entendimento da comunicação democrática como um direito humano e defende pautas de comunicação, meio-ambiente, causas identitárias, juventude, cultura e outras que dialogam com os desafios do século XXI (MÍDIA NINJA, 2020). Fundada em 2013, a rede hoje – dia 26 de junho de 2020 – possui mais de 2,5 milhões de seguidores em sua página.

ANÁLISE DISCURSIVA DE POSTAGENS SOBRE A QUESTÃO DE CLASSES NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Dando início aos procedimentos de análise, me proponho a colocar em prática a estratégia de olhar para os arquivos, suas séries e condições de aparecimento a partir de um método rizomático, ou seja, a partir de um método que considere os discursos a partir de suas multiplicidades, atentando não apenas para as regularidades entre os enunciados, mas também suas linhas de fuga, de modo a investigar de que modo a necropolítica que cito na introdução se configura, ou não, a partir dos enunciados que foram possíveis de serem proferidos. Vejamos:

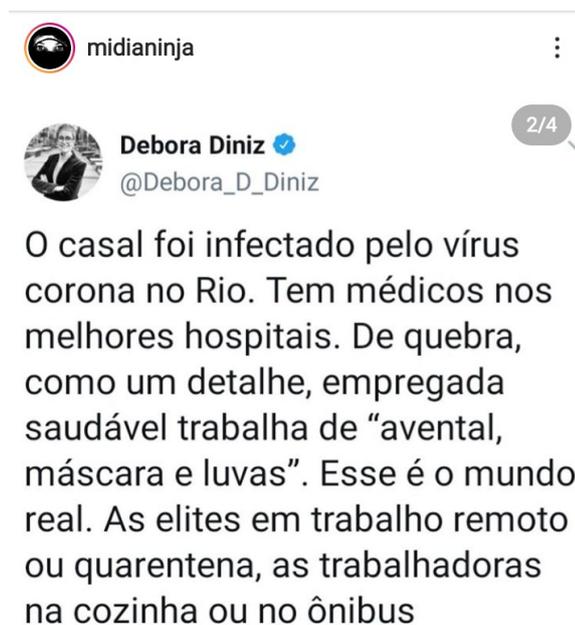


Figura 1: post 1 da página da Mídia Ninja no Instagram

Percebe-se, nesse texto, uma série discursiva que relaciona alguns enunciados para sustentar a hipótese que proponho: de que há na crise de Covid-19, no Brasil, uma necropolítica em vigor, sobre a qual a questão de classes adquire uma particularidade central. O casal ao qual Debora Diniz se refere é, segundo reportagem de Lauro Jardim mencionada na publicação da página da Mídia Ninja, um empresário de 72 anos e sua esposa de 68, que também foi contaminada naquilo que seria, segundo a reportagem de Jardim, o primeiro caso de transmissão local do coronavírus. A empregada do casal, que teve o exame negativo, continuava trabalhando de avental, luvas e máscara.

Quando se refere aos enunciados “As elites em trabalho remoto ou quarentena, as trabalhadoras na cozinha ou no ônibus”, percebemos a oposição discursivamente marcada entre àqueles que tem o direito de se proteger do vírus, daqueles que não tem. A emprega deve se

expor ao risco de contágio, tendo em vista que, entre a possibilidade de se infectar com coronavírus e morrer, e a hipótese de ficar sem salário e não ter o que comer, não há muita opção de escolha. Linguisticamente e discursivamente marcada pelo menção à vestimenta do avental, que aparece entre aspas na fala de Diniz justamente para assinalar a paráfrase com a fala do jornalista, percebe-se a insistência em mencionar um item não necessário à proteção do Covid-19, senão apenas para marcar a posição assumida pela empregada como pertencente a uma classe específica. Vejamos o próximo post:

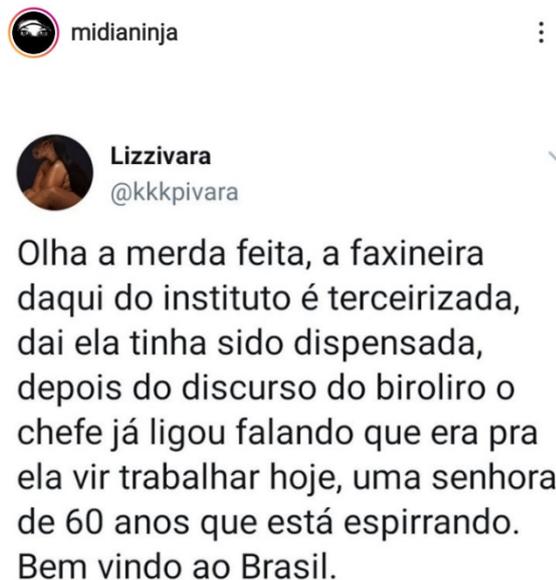


Figura 2: post 2 da página da Mídia Ninja no Instagram

Se o neoliberalismo desponta diante das incertezas de um futuro pós-coronavírus, aqueles que dependem de um sistema como esse para sobreviver sentem neste momento a falta feita pelo protecionismo dos Estados. Em num país com dimensões continentais como o Brasil – onde a desigualdade é um dos principais indicadores da falta que o Estado faz – é necessário muito mais que um projeto econômico voltado para o lucro empresarial. Não que as empresas não precisem ser alvo das políticas econômicas, mas o que se questiona é até que ponto pode-se matar, ou em palavras mais simples, deixar morrer, em nome do lucro.

Enunciados sobre as condições cada vez mais precárias de trabalhadores brasileiros são comuns no Brasil atual, em que vemos o modelo neoliberal proposto objetivar a retirada de direitos trabalhistas e a reformulação de toda política previdenciária vigente, assim como a

reformulação das carreiras do funcionalismo público, de modo a poupar os gastos do Estado e a favorecer empresas e bancos.

Percebe-se claramente nos enunciados veiculados o discurso que de que não se pode parar a economia por certas vidas que morrerão, ou seja, o limite entre quem são aqueles que devem ganhar dinheiro e quem pode morrer é posto de modo muito claro. Tal distinção nos permite pensar no conceito de racismo de Estado, tal como veiculado por Foucault, em que observa-se a formulação da categoria subjetiva do “matável”: “[...] a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral, mais sadia e mais pura.” (FOUCAULT, 2018, p. 306). Se a biopolítica lida com a população como problema político e biológico, ao mesmo tempo que exerce sobre os corpos o poder de discipliná-los e regulá-los de acordo com as estratégias vigentes no dispositivo, cabe pensar nas diferentes maneiras pelas quais esses corpos são tomados como descartáveis para a manutenção do sistema que se deseja preservar:

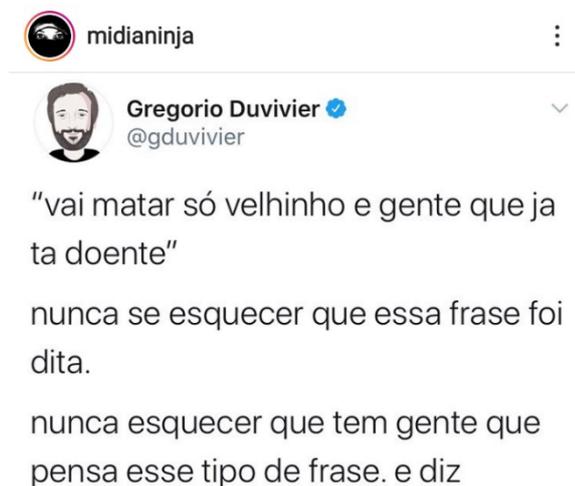


Figura 3: post 3 da página da Mídia Ninja no Instagram

O post do apresentador Gregorio Duvivier faz referência ao áudio vazado do empresário Roberto Justos, que declarou que a Covid-19 só mataria velhinho e gente doente. Percebe-se que, tanto a população idosa, quanto os portadores de doenças crônicas, são enquadrados pelo empresário na categoria de sujeitos matáveis, principalmente quando se pensa no conceito de racismo de Estado. Quando falamos em tirar a vida, não estamos nos referindo apenas ao assassinio, mas a tudo aquilo que pode ser considerado um assassinio indireto: “o fato de expor

à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 2005, p. 306). É claro que no contexto do áudio o empresário se referia à morte física desses sujeitos, mas pode-se pensar o quanto ele contribuiu para que outros enunciados sejam produzidos acerca da subjetividade do idoso ou do portador de doença crônica, possibilitando o aparecimento de discursos de rejeição e expulsão, como bem argumenta Foucault.

Sendo a Covid-19 um fenômeno rizomático, no sentido de que se insere dentro de uma multiplicidade discursiva, mobilizando o aparecimento de enunciados provenientes de campos do saber muito distintos, é pertinente pensar como a partir dessa multiplicidade de discursos e acontecimentos, questões que inicialmente não estão relacionadas ao campo biomédico despontam, demonstrando diferentes séries que emaranham os distintos campos do saber. No caso da pandemia no Brasil, a questão das moradias compartilhadas e das numerosas famílias brasileiras, assim como o problema das comunidades sem saneamento básico ou das famílias que não têm condições de comprar itens de higiene, como sabonetes e álcool gel, viram destaque:

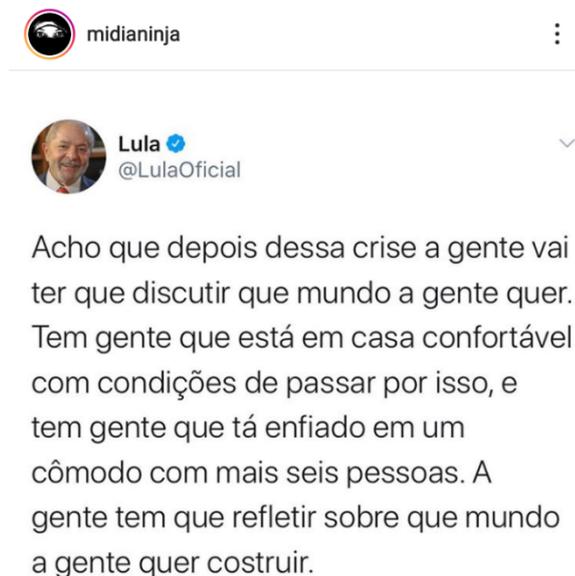


Figura 4: post 4 da página da Mídia Ninja no Instagram

O discurso do ex-presidente dá conta dessa dimensão da qual falo. Ao citar que há casas onde vivem mais de 6 pessoas num cômodo, as medidas de prevenção à Covid-19 divulgadas

pela televisão perdem o sentido. Afinal, como evitar aglomerações num caso como esse? Em reportagem recente, no jornal El País Brasil, com o título de “O mundo não pode voltar à ‘normalidade’”, Jamil Chade apontava alguns dados que assustam, justamente por eles mostrarem que essa “normalidade” a que estávamos acostumados é insuficiente para barrar o avanço da doença. Segundo o autor, cerca de 4 bilhões de pessoas não estão cobertas por qualquer medida de proteção social, 821 milhões de pessoas estão subnutridas, sendo que a curva da fome voltou a aumentar no mundo desde 2015, em 40% dos países do mundo existem menos de 10 médicos por cada 10.000 pessoas, apenas 60 % das pessoas em todo o mundo contam com uma pia, com sabão e água, em casa. Chade se incomoda por isso que fizemos questão de entender como “normalidade” e se revolta: “Como ousam, portanto, falar em voltar à normalidade?” (CHADE, 2020).

Mbembe (2011) define o biopoder como o domínio da vida sobre o qual o poder tem exercido seu controle. Ele retoma as considerações de Foucault mostrando que o biopoder funciona segregando as pessoas que devem morrer das que devem viver. Foucault apontou uma divisão responsável por apontar a categorização dos matáveis, indivíduos lançados à morte física e social. Tal divisão operaria sobre um poder que se define em relação ao campo biológico, no qual a espécie humana se distribuiria em diferentes grupos, de modo que tal ruptura só seria possível segundo um racismo de Estado: “En la economía del biopoder, la función del racismo consiste en regular la distribución de la muerte y en hacer posibles las funciones mortíferas del Estado” (MBEMBE, 2011, p. 23).

De acordo com o autor, não apenas as classes sociais, mas também as raças devem ser vistas como a sombra que sempre esteve presente sobre o pensamento e a prática das políticas ocidentais, principalmente quando constatamos o processo de dominação que ocorre sobre eles. Já para Foucault, segundo Mbembe (2011), a função do racismo consistiria justamente em regular a distribuição da morte, e o Estado nazista seria aquele que teve mais êxito no seu projeto que clamava o direito de matar, resultando numa forma de poder que combinava as características do Estado racista, do Estado mortífero e do Estado suicida.

Mbembe cita ainda a condição do escravo, em que vemos uma situação onde, por mais que ele seja mantido com vida, é exposto a um mundo de horror e crueldade. Ao falar da formação das colônias, constata que o regime de segregação que se deu na história colonial

permitiu a aparição de um sistema particular de terror, no qual vemos a raça como um fator importante para o encadeamento que se dá a partir do biopoder. O autor cita a seleção das raças, a proibição dos matrimônios mistos, a esterilização forçosa e até o extermínio dos povos como experiências que ocorreram a partir do mundo colonial. (MBEMBE, 2006).

As considerações de Mbembe acerca do conceito de necropolítica possibilitam com que vejamos a questão de classes durante a pandemia de Covid-19 no Brasil como um projeto necropolítico, no sentido de que os corpos, que estão entregues a um sistema de exploração no qual os lucros valem mais do que as vidas, estão muito bem delimitados: trata-se da classe trabalhadora, responsável pela engrenagem do sistema, mas, ao mesmo tempo, dependente do capitalismo para sobreviver. Desassistidos e desprotegidos, a população se vê entregue aos riscos e à sede de lucro dos grandes empresários.



Figura 5: post 5 da página da Mídia Ninja no Instagram

Este post aponta para os discursos relacionados à sobrevivência de determinados cidadãos em regiões específicas do país, especificamente nas favelas. Sabe-se que em decorrência das políticas neoliberais, o índice de empregabilidade informal aumentou no Brasil, o que impacta diretamente os trabalhadores que dependem desse tipo de trabalho na crise de Covid-19. Por conta da necessidade de se alimentar e prover o sustento básico, muitos brasileiros se veem na posição de terem que sair de suas casas para conseguir o sustento do dia.

Nos é informado que 60% dos moradores das favelas não têm renda para mais uma semana. A pesquisa, produzida pelo *Instituto Locomotiva e Data Favela*, mostra que diante da impossibilidade de se manter, o medo diante da falta de dinheiro se tornou uma constante no país. A pesquisa foi publicada no dia 8 de abril, antes de ser liberado o auxílio emergencial do governo federal. De acordo com o texto, mais de treze milhões de pessoas vivem em favelas no país. O texto ainda diz que os moradores já enfrentavam, no momento, “dificuldades para se manter por mais uma semana.” (MÍDIA NINJA, 2020).

A pesquisa divulgada pela Mídia Ninja escancara os discursos sobre a informalidade no trabalho e sobre a ausência de uma política protecionista no Brasil neoliberal de Bolsonaro. Não refletirei sobre os discursos que surgiram acerca dos desdobramentos do auxílio emergencial de 600 reais, mas cabe dizer que, em seu uso político/ estratégico por parte do governo federal, acabou por camuflar as intenções necropolíticas em vigor, apesar de ter atuado como um dispositivo fundamental na contenção da crise, uma vez permitiu às pessoas que perderam a renda prover com as necessidades básicas, apesar de muitos não terem-no acessado. Ao contrário de um regime nazista, já me adianto dizendo que àquilo a que me refiro como necropolítica a partir de um conceito amplo de Mbembe, é, no Brasil, um fenômeno mais discreto, pois apesar de adotar discurso da morte como bandeira, e apesar de o país ser hoje, dia 19 de maio de 2020, o terceiro epicentro de coronavírus do mundo segundo dados oficiais³, onde corpos são enterrados em valas coletivas e onde pacientes infectados formam filas para conseguirem um atendimento de UTI, não há um consenso em nossa sociedade de que o ato de deixar morrer se iguale ao de assassinar efetivamente.

Há um texto que possibilita um debate mais próximo do uso do termo necropolítica que pretendo usar neste trabalho, intitulado “População de rua, coronavírus e necropolítica”, escrito por Schuch, Furtado e Sarmiento (2020). Nele, os autores apontam que a emergência promovida pela pandemia circunscreveu a circulação nas ruas em nome do perigo do contágio. Eles argumentam que mesmo diante das medidas de isolamento social impostas, responsável por um vazio e um distanciamento social, as pessoas em situação de rua permanecem habitando viadutos, calçadas, lugares improvisados...: “Embora as suas formas de disseminação atinjam

³ Não entrarei no debate arqueológico acerca da complexidade que a discussão sobre aquilo que se entende por dado oficial exige, mas constata-se, a partir de fontes diversas, um acontecimento em que pessoas morrem.

democraticamente indivíduos e populações, o vírus encontra na desigualdade social as condições ideais para abater populações historicamente menos favorecidas” (SCHUCH, FURTADO e SARMENTO, 2020).

Desta forma, ao considerar as pessoas em situação de rua no Brasil, os autores defendem políticas específicas que abranjam as necessidades daqueles que sequer têm condições de lavar as mãos. Eles argumentam que insistir unicamente na orientação #fiqueemcasa para pessoas que não têm casa levaria à produção de uma necropolítica voltada para populações consideradas descartáveis, que abarcam não apenas ações de extermínio direto, “mas também negligências estatais, submissões e subjugação de corpos à exploração diversas e a condições de vidas precárias” (SCHUCH, FURTADO e SARMENTO, 2020). Por fim, os autores questionam sob quais condições práticas se exerce o direito de matar ou expor à morte a população de rua em face da pandemia do coronavírus.

Já no texto de Jason de Lima e Silva, publicado no jornal Carta Maior, intitulado *Anotações de quarentena*, o autor observa que o desprezo pelo contágio, promovido por atitudes do presidente da república, “garante uma reserva de mortos ao lado dos desempregados. O milagre de se estar vivo dá a coragem para se submeter às piores condições de trabalho. [...] não se pode deixar de lucrar, ainda que se permita morrer.” (SILVA, 2020). O autor comenta sobre a campanha prevista pelo governo federal *O Brasil não pode parar*, mostrando que os discursos promovidos pelo governo federal incentiva a criação de um tipo de subjetividade na qual o trabalhador brasileiro é lançado ao suicídio como herói da pátria e defende, por fim, que “O vírus é a necropolítica continuada por outros meios” (SILVA, 2020). Vejamos a última postagem a ser analisada:



Figura 6: post 6 da página da Mídia Ninja no Instagram

A partir do que Deleuze e Guattari (2011) comentam sobre as linhas de fuga que despontam da multiplicidade e aplicando este conceito às condições de aparecimento dos discursos relacionados a Covid-19, percebe-se que, mesmo diante das necropolíticas vigentes, a resistência desponta, possibilitando outras existências possíveis a partir de novos enunciados. No post em questão, no primeiro parágrafo que descreve a imagem, é comunicado que moradores de Paraisópolis, em São Paulo, realizaram a primeira grande manifestação durante a pandemia de coronavírus. Entre aqueles que mobilizaram o ato estavam os presidentes de rua, que denunciavam o descaso do governo federal e o abandono dos governos municipais e estaduais na favela com maior densidade populacional do país. A postagem narra que o grupo de quase 400 manifestantes saíram de Paraisópolis até o Palácio do governo, exigindo respostas concretas para atender a comunidade. O grupo não foi recebido pelo governo Doria. Entre as denúncias estariam a dificuldade de chegar atendimento médico, ambulância e assistência às famílias.

Destaco não apenas o espaço destinado pela Mídia Ninja para que diferentes vozes sejam enunciadas, mas também o modo como aqueles que inicialmente ocupavam a posição dos matáveis podem, de repente, atuar estrategicamente e produzir resistência, possibilitando a formação de novos enunciados e novos deslocamentos. É nítida a recusa dessa necropolítica a que os moradores das favelas estão submetidos e a capacidade de auto-organização de certos grupos. Novas ramificações surgirão, novos caminhos se abrirão e haverá, portanto, a possibilidade de novos discursos e novos deslocamentos no interior do dispositivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de Covid-19 mobilizou a necessidade de discutirmos biopolítica. Enunciados sobre o vírus proliferam nas redes e nos noticiários. Se a partir daquilo que chamei de arqueologia foucaultiana é lúcido, neste momento, reconhecer a inexistência de verdades absolutas e procurar as condições de aparecimento dos enunciados que nos dizem sobre esse acontecimento, cabe pensar também nas séries que ele mobiliza, na multiplicidade linguística e não linguística que contribui para que esta rede discursiva seja tecida, e nas linhas de fuga que são traçadas a partir de discursos oriundos de diferentes campos do saber. Isso significa reconhecer, antes de qualquer coisa, a necessidade de um debate que considere o rizoma, ou seja, a conexão entre os pontos, mesmos que cada um dos traços não remeta a outros da mesma natureza. As necropolíticas vigentes no Brasil não atingem a todos do mesmo modo. As vidas que se deseja preservar e aquelas que merecem morrer estão discursivamente muito bem marcadas e o que pretendi marcar aqui foi que essa distinção é estratégica e que se apoia num projeto de poder no qual os corpos adquirem valores muito específicos.

Ao levantar a hipótese de que os discursos veiculados pela Mídia Ninja apontam para a configuração de uma necropolítica em vigência no Brasil, com base no conceito de Mbembe (2011), constatei que há condições de aparecimento no Brasil atual de discursos que normalizam a possibilidade de contato com o vírus e com a infecção, que como já se constata, pode levar alguns grupos à morte. Percebeu-se que tais grupos se enquadram na categoria dos matáveis, de acordo com a concepção de racismo de Estado, como comenta Foucault. Mas as necropolíticas que me refiro estão na maior parte das vezes camufladas de “boas intenções”. É comum ouvir discursos veiculados pelo presidente da república Jair Bolsonaro que pedem para que a população volte ao trabalho “pelo bem do Brasil”. Num país onde predomina o trabalho informal e onde se normaliza a vida nas favelas e periferias, muitos podem pensar que, de fato, se voltarem para as ruas estarão fazendo um bem para si mesmas ou para a sociedade, mas e quanto a possibilidade de se infectarem e adoecerem? De não conseguirem um leito? De entrarem para as estatísticas como números num momento em que as mortes não cessam de subir. O título da manchete mais recente do jornal Folha de São Paulo, do dia 22 de maio de 2020, é *Brasil ultrapassa a marca de mil mortes diárias por coronavírus*. Segundo os dados oficiais, o país registrou só neste dia 1.179 óbitos. Abaixo da notícia principal, há uma outra, com o seguinte título: *Quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda, Tubaina, diz*

Bolsonaro. Como se não bastasse a polarização política incentivada pelo próprio presidente, sua fala é apenas mais um enunciado abjeto que se soma às inúmeras declarações que constatarem que há a existência de uma necropolítica em vigor no Brasil atualmente, sobre a qual a questão de classes é fundamental para a compreensão de quem são os sujeitos que, diante dos desdobramentos da pandemia, serão expostos à morte anunciada.

Como bem pontuou Foucault, há uma série que aproxima os sujeitos matáveis de determinados grupos, e uma vez que essa série pode se alterar da mesma forma que as disposições de um mapa, uma vez que se reconhece os deslocamentos tanto históricos, quanto espaciais, como possibilidade de movimento, devemos também perceber as linhas e rotas de fuga como possibilidade de dispor os corpos e os sujeitos de modo diferentes, alterando hierarquias, promovendo resistência e motivando novas possibilidades de poder/ saber. Deste modo, é fundamental que se reconheça a existência de uma ordem histórica que incide sobre essas séries discursivas, fazendo com que esses corpos que comento – idosos, portadores de doenças crônicas, pobres, desempregados – sejam inseridos em processos de subjetivação diversos no interior do dispositivo.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é dispositivo. In: _____. **O que é contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

ALVES, Gabriel; MACHADO, Renato. **Brasil ultrapassa a marca de mil mortes diárias por coronavírus.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/brasil-ultrapassa-a-marca-de-mais-de-mil-mortes-diarias-por-coronavirus.shtml>. Acesso em: 11 jun. 2020.

BUTLER, Judith. **O capitalismo tem seus limites.** Tradução de Artur Renzo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

CARVALHO, Talita. **Saúde pública:** um panorama do Brasil. Disponível em: <https://www.politize.com.br/panorama-da-saude/>. Acesso em: 11 jul. 2020.

CASTOR, Caio; BARBOSA, Leandro. **“Lavamos as mãos na poça quando chove”**: a população de rua e a pandemia. Disponível em: <https://ponte.org/lavamos-as-maos-nas-pocas-quando-chove-a-populacao-de-rua-e-a-pandemia/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

CHADE, Jamil. **O mundo não pode voltar à ‘normalidade’**. Reportagem do jornal El País Brasil.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 1. Tradução de Ana Kúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: editora 34, 2011.

FOUCAULT, Michael. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. Ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no college de France (1975-1976)**. Trad. Maria Ermentia Galvão: São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MACHADO, Roberto. **Deleuze e a filosofia**. Palestra proferida na Universidade Federal do Acre, durante o Seminário Temático “Filosofia e Linguagem, em 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_ttmrtL0RBA. Acesso em: 12 abr. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica seguido de Sobre el gobierno privado indirecto**. Traducción y edición a cargo de Elisabeth Falomir Archambault. Melusina, 2011.

MELO, Maria Luiza. **Primeira vítima do Rio de Janeiro era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>. Acesso em: 11 jun. 2020.

MÍDIA NINJA. **Quem somos**. Disponível em: <https://midianinja.org/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

PAVEAU, Marie-Anne. **L’analyse du discours numérique: Dictionnaire des formes et des pratiques**. Paris: Hermann, 2017.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. **Lavar as mãos, descolonizar o futuro**. Disponível em: <https://n-ledicoes.org/006>. Acesso em: 12 jun. 2020.

SCHUCH, Patrice; FURTADO, Calvin; SARMENTO, Caroline. **População de rua, coronavírus e necropolítica**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/populacao-de-rua-coronavirus-e-necropolitica/>. Acesso em 11 jun. 2020.

SILVA, Jason de Lima. **Anotações de quarentena**. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Anotacoes-de-quarentena/4/46985>. Acesso em: 11 jun. 2020.

SONTAG, Susan. **Aids e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

TV BRASIL. **Sem Censura explica o colapso do sistema de saúde por causa da Covid-19**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pR6c3THNB10>. Acesso em: 11 jun. 2020.